

MEC anuncia consulta pública sobre o Novo Ensino Médio

O Ministério da Educação anunciou que haverá uma consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio, por meio da publicação da portaria nº 399, de 8 de março de 2023, no Diário Oficial da União. De acordo com o texto, as consultas têm por objetivo "abrir o diálogo com a sociedade civil, a comunidade escolar, os profissionais do magistério, as equipes técnicas dos sistemas de ensino, os estudantes, os pesquisadores e os especialistas do campo da educação" para subsidiar as decisões do Ministério da Educação acerca do Novo Ensino Médio. A portaria prevê que sejam realizadas, em um prazo de 90 dias, que pode ser prorrogado, audiências, oficinas de trabalho, seminários e pesquisas nacionais para coletar subsídios. Não há informações sobre como essas consultas serão realizadas na prática.

Vale lembrar que o cenário da etapa já era desafiador antes do início da implementação da reforma. De acordo com dados do SAEB 2019, apenas 10,3% dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio tiveram aprendizado adequado em Matemática e somente 37,1% em Língua Portuguesa. No mesmo ano, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) indicou que 1 em cada 4 jovens brasileiros entre 15 e 24 anos não trabalhavam, não estudavam, nem recebiam treinamento. E para os professores, a situação também não é boa há tempos: de acordo com dados do censo escolar, entre 2012/2020, 34,7% das turmas do Ensino Médio tiveram aulas com professores com formação que não era compatível com a disciplina. Para nós a reforma é importante no sentido de que seus princípios apontam na direção certa para garantir uma mudança de chave na etapa, tornando o ensino mais atrativo, garantindo a flexibilidade e o protagonismo dos estudantes e ampliando a carga horária. Ressaltamos que o diálogo com entidades representativas, professores e estudantes deve ser princípio básico para garantir a legitimidade da implementação e identificar os pontos de atenção do novo modelo proposto na prática. É positiva a instauração de uma subcomissão temporária no Senado, anunciada no dia 28, para debater e avaliar o Ensino Médio no Brasil, liderada pela senadora Teresa Leitão. Essa comissão terá 180 dias para apresentar um relatório. Destacamos ainda que o monitoramento cuidadoso da implementação, que está em curso desde 2018, assim como a divulgação das informações, é fundamental para mitigar riscos de aumento das desigualdades. Todos os estados e o Distrito Federal já realinharam seus documentos curriculares ao novo modelo, além de se dedicarem

à elaboração de documentos regulamentadores que definem as formas de oferta da nova etapa em cada sistema de ensino.

Pesquisa ouvirá professores para estabelecer critérios para a alfabetização

O MEC anunciou que vai construir padrões de desempenho para alfabetização, para o 2º ano do Ensino Fundamental, a partir da escuta de um grupo focal de professores. A iniciativa foi anunciada no dia 22 de março, durante o encontro *Alfabetiza Brasil: diretrizes para uma política nacional de alfabetização das crianças*, promovido junto com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Durante o evento, foi apresentado o escopo da pesquisa “Alfabetiza Brasil” cuja ideia é ouvir 341 professores do 2º ano do Ensino Fundamental, entre os dias 15 e 23 de abril, sobre quais são os conhecimentos e habilidades que devem ser desenvolvidos para que uma criança seja considerada alfabetizada, considerando escrita, leitura e fluência. O estudo se concentrará em uma capital por região, sendo: Belém (PA) para o Norte, Recife (PE) para o Nordeste, Brasília (DF) para o Centro Oeste, São Paulo (SP) para o Sudeste e Porto Alegre (RS). O ministro Camilo Santana já havia sinalizado que a alfabetização seria uma das pautas prioritárias do novo governo, assim como a recomposição das aprendizagens. A escuta dos professores e a construção de parâmetros para a alfabetização, a partir das habilidades e conhecimentos apontados na BNCC, é importante para garantir a qualidade do processo. [Veja mais sobre a pesquisa.](#)

MEC reafirma compromisso com a recomposição das aprendizagens em encontro com líderes da América Latina

A recomposição das aprendizagens foi discutida como pauta prioritária para América Latina e Caribe durante encontro realizado na Colômbia entre os dias 22 e 23 de março. A Secretária de Educação Básica, Kátia Schweickardt, esteve presente, representando o Ministério da Educação nas discussões, que abordaram os desafios comuns entre países na recuperação das aprendizagens pós pandemia. Para o Movimento pela Base, é imprescindível que a recomposição seja prioridade da educação para os próximos anos e tenha como referencial as competências, habilidades e conhecimentos determinados na BNCC. [Saiba mais aqui.](#)

Novo Ensino Médio avança com 87% das normativas aprovadas

A elaboração e aprovação de normativas é um passo essencial e estruturante para a Implementação do Novo Ensino Médio, dando diretrizes claras sobre como as redes precisam se organizar. Do total de 216 normativas estruturantes a serem elaboradas pelos 27 estados, 87% já foram publicadas, 12% estão em elaboração e apenas 1% ainda não foram iniciadas ou não temos informação. Essas 216 normativas correspondem a oito normativas estruturantes complementares que Movimento pela Base monitora, sendo elas: – cronograma da implementação; – arquitetura; – parcerias; – aproveitamento de estudos; – notório saber; – itinerários de formação técnica e profissional (EPT); – progressão das aprendizagens; – educação a distância. 14 estados possuem todas as oito normativas publicadas e para seis estados falta somente uma normativa. AL, RN e TO são os estados que possuem menos normativas publicadas, com 2, 4 e 5 respectivamente. Dentre as normativas monitoradas, notório saber é a que apresenta pior índice de publicação, tendo sido concluída em 16 estados (61,5%). Todos os 27 estados já publicaram as normativas para cronograma da implementação e arquitetura curricular. No Observatório é possível conferir esses quantitativos e fazer download das normativas publicadas e disponibilizadas pelos estados.